



Novas medidas provisórias entram na pauta do Plenário

Senadores devem votar MPs que limitaram reajuste da taxa de ocupação de imóveis da União e liberaram recursos para segurança nos Jogos

A medida provisória que limitou a 10,54% o reajuste da taxa de ocupação de imóveis da União em 2016 e a que abriu crédito extraordinário para o estado do Rio de Janeiro custear gastos com segurança nas Olimpíadas foram lidas ontem em Plenário. As duas trancam a pauta de votações do Senado, que tem ainda outras MPs: a que recria o Ministério da Cultura e duas secretarias especiais, a que trata da transferência de recursos da União para a educação infantil e a que abre crédito para a Justiça Eleitoral viabilizar as eleições deste ano.

Sem sessões deliberativas hoje e amanhã, por causa de trabalhos de modernização de sistemas do Plenário, o Senado retoma as votações na segunda-feira. **3**



Fernando Frazão/Agência Brasil

Ações de segurança no Parque Olímpico e em outros locais de realização dos Jogos exigiram recursos extras

Prorrogadas MPs da Voz do Brasil e dos recursos para desastres naturais **2**

Mudanças na EBC serão discutidas no Conselho de Comunicação **3**

Lançada frente contra reformas de Temer

Lançada ontem em reunião da Comissão de Direitos Humanos, a Frente Ampla Brasil reúne movimentos sociais, sindicatos e parlamentares que querem mobilizar a sociedade contra a agenda de reformas do governo de Michel

Temer. O grupo percorrerá o país em busca de apoio para barrar possíveis perdas de direitos sociais e trabalhistas. Sindicalistas criticaram ontem propostas que alteram regras de contratos de trabalho e de aposentadoria. **4**

Congresso termina votação da LDO até terça



Moreira Mariz/Agência Senado - 23/08/2016

Texto principal foi votado pelos parlamentares em agosto

O Congresso deve concluir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 até terça-feira. Estão convocadas duas sessões, a primeira na segunda-feira, às 19h. Há três destaques pendentes. Dois deles pretendem evitar que os recursos orçados para a área de ciência e tecnologia sejam bloqueados em 2017. O texto principal foi aprovado em 24 de agosto. **3**

Publicada lei do programa de parceria privada

Foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União*, a lei que institui o Programa de Parcerias de Investimentos. Derivada da Medida Provisória 727/2016, a lei pretende agilizar concessões públicas, eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado na área de infraestrutura. O substitutivo à medida provisória foi aprovado pelo Senado no dia 8. **2**



Infraero

Concessão de aeroporto faz parte do programa de parceria

Genildo Magela/Agência Senado



Paulo Paim, idealizador da frente, debate com sindicalistas em evento que lançou o movimento



ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria:   Realização: 

De acordo com o texto legal, iniciativas incluídas no programa deverão ser tratadas como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

Programa de parceria com empresas privadas vira lei

FOI PUBLICADA ONTEM, no *Diário Oficial da União*, a lei que institui o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Lei 13.334/2016 pretende agilizar concessões públicas, eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado na área de infraestrutura.

A lei deriva da Medida Provisória (MP) 727/2016, editada nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer. No dia 8 deste mês, o Senado aprovou substitutivo de Wilder Moraes (PP-GO) à MP.

Os empreendimentos incluídos no PPI deverão ser tratados como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Segundo o governo, o programa garante segurança jurídica aos investidores privados. Além disso, estabelece regras estáveis, amplia a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

A MP também criou o Con-



Entre as ações do programa, está a concessão de aeroportos, como o de Fortaleza

selho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e autorizou o BNDES a participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

A medida estabelece ainda como dever dos órgãos governamentais a atuação coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

Críticas

A oposição ao governo Temer fez duras críticas à MP. Fátima Bezerra (PT-RN) tachou-a de “privataria Tucana à moda Temer”. Para ela, a proposta é

perigosa, pois permitirá que o governo entregue à iniciativa privada qualquer serviço público, inclusive a educação.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse, no entanto, que o projeto não trata de privatização de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e segurança. Segundo ele, as parcerias se restringirão à área de infraestrutura.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que a Casa tem procurado viabilizar recursos para infraestrutura. Ele lembrou a criação no Senado de uma comissão para fazer levantamento das obras inacabadas no país e criar critérios para a retomada dessas obras.

Sem decisão, duas MPs são prorrogadas

Duas medidas provisórias foram prorrogadas pelo Congresso: as MPs 742/2016 e 743/2016. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. Agora os parlamentares terão mais 60 dias para analisar as propostas.

A MP 742/2016 flexibilizou o horário da veiculação do programa *A Voz do Brasil* no período das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016. O texto ainda precisa ter o relatório aprovado na comissão mista, formada por senadores e deputados, e passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Essa flexibilidade de horário

segue o que foi feito durante a Copa do Mundo de 2014. De acordo com a MP, nesse período as emissoras de rádio podem veicular o noticiário entre 19h e 22h, atendendo pedido das entidades do setor. O programa voltará a ser veiculado das 19h às 20h a partir de 18 de setembro.

A outra MP, a 743/2016, abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 789,947 milhões, para as vítimas de desastres naturais. A MP ainda precisa passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois pelos

Plenários das duas Casas.

Os recursos, destinados a ações de defesa civil, atendem populações afetadas pela estiagem no Nordeste e nos estados do Amazonas, do Espírito Santo e de Minas Gerais, onde o governo federal já reconheceu situações de emergência ou calamidade pública. Do total, R\$ 399,9 milhões são para distribuir água por carros-pipa, outros R\$ 212 milhões são para combater a seca em áreas urbanas do Nordeste, R\$ 150 milhões são para a recuperação de reservatórios e R\$ 28 milhões para cestas básicas e outros itens de assistência.

Documentário da TV Senado aborda política penal no Império

Em 8 de fevereiro de 1879, Nazário assassinou João Dias Ferraz da Luz e sua família. Nazário era escravo. João Dias, o homem que o com-
prou. Três dias depois, Nazário foi assassinado. Linchado, seu cadáver foi arrastado até o local do crime que cometeu.

O embate entre o desejo punitivo e a política penal liberal é o tema central do nono episódio da série *Senado na História*, que estreia na TV Senado no sábado, às 21h30.

A independência do Brasil e as mudanças estabelecidas pelo Império, como o fim de quase todas as punições corporais, não encerraram os desejos punitivos do período colonial.

Prisões e regime de trabalho forçado ainda eram vistos como insuficientes por uma

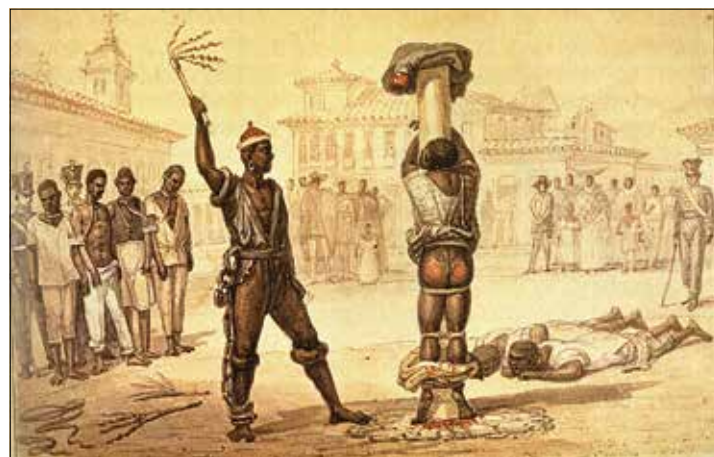
sociedade amedrontada pela possibilidade de um levante negro. Ao escravo que matou seu senhor, a força seria pouco.

Depoimentos

O documentário conta com os depoimentos de Airton Seelaender, professor da Faculdade de Direito da UnB, de Marcos Magalhães e de Tiago Ivo Odon, consultores do Senado Federal.

Também apresenta o discurso histórico feito por Silveira da Mota no Senado do Império, além de fotos e de ilustrações do Museu Paulista da USP e da Biblioteca Nacional.

Senado na História
Sábado, às 21h30
Domingo, às 19h



Código penal português previa a punição do açoite, aplicável a todo escravo

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



Energia alternativa

9h Audiência sobre políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis.

PAUTA FEMININA Mulheres no direito

10h A Procuradoria da Mulher debate o exercício profissional do direito como fator de empoderamento feminino.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mais duas medidas provisórias trancam pauta

MPs lidas ontem no Plenário tratam do reajuste da taxa de ocupação de imóveis da União e da abertura de crédito para segurança nos Jogos Olímpicos

FORAM LIDAS EM Plenário ontem duas novas medidas provisórias aprovadas pela Câmara dos Deputados no início da semana.

Passam a trancar a pauta de votações do Senado a MP 732/2016, que limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para o exercício de 2016, e a MP 736/2016, que abriu crédito extraordinário de R\$ 2,9 bilhões para o estado do Rio de Janeiro. O dinheiro foi usado para apoiar o governo fluminense nos gastos com segurança pública nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Também trancam a pauta do Plenário a MP 728/2016, que recria o Ministério da Cultura e duas secretarias



Operação de segurança no Parque Olímpico, no Rio: medida abriu crédito extraordinário para socorrer governo fluminense nos gastos extras com as Olimpíadas

especiais (a dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a dos Direitos da Pessoa Idosa); a MP 729/2016, que traz novas regras para a União transferir aos municípios e ao Distrito Federal recursos destinados ao apoio financeiro suplementar à educação infantil; e a MP 730/2016, que abre

crédito extraordinário de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral viabilizar as eleições municipais deste ano.

Sessões

A próxima sessão deliberativa do Senado está marcada para segunda-feira, às 16h.

As sessões plenárias de hoje

e de amanhã foram canceladas em razão de trabalhos para modernização do Plenário. Jorge Viana, na Presidência da Mesa do Senado, informou que serão necessários quatro dias para que técnicos instalem 88 leitores biométricos nos terminais dos senadores e na Mesa.

— O Senado pretende dar continuidade ao projeto de modernização do sistema de votação, tendo em vista o que já ocorre nas comissões — disse Viana.

O objetivo, explicou, é proporcionar mais transparência e eficiência ao processo de votação no Plenário.

Congresso deve concluir votação da LDO até terça

Os três destaques que ainda faltam votar para encerrar a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 serão examinados nas sessões do Congresso convocadas para segunda-feira, às 19h, e terça-feira, às 11h. O texto principal da LDO (PLN 2/2016) foi aprovado pelo Plenário do Congresso na madrugada de 24 de agosto, mas ficaram pendentes três destaques.

Dois deles tratam praticamente do mesmo assunto

e pretendem evitar que os recursos orçados para a área de ciência e tecnologia em 2017 sejam bloqueados, ou seja, entrem no decreto de contingenciamento, editado no início de cada ano para adequar os gastos às receitas da União. A proposta pode enfrentar resistência do governo.

O terceiro destaque suprime dispositivo do relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) que permite ao governo alterar em até 20% a composição da carteira de obras do PAC. O

governo já se posicionou contra o destaque. A retirada do dispositivo exigirá que qualquer alteração no conjunto de projetos com identificador próprio do PAC seja submetida ao Congresso. Portanto, o governo perderia flexibilidade e agilidade nessas alterações.

A pauta das sessões do Congresso Nacional inclui os Vetos 30 a 36/2016 e projetos que abrem créditos suplementares em favor de diversos órgãos da administração pública federal.

Para Telmário, posse de Cármen Lúcia deve transformar o Judiciário

Telmário Mota (PDT-RR) criticou o Judiciário em discurso ontem. O senador culpou “a lentidão e a seletividade” da Justiça na análise das causas e afirmou que a corrupção é culpa dos três Poderes. Ele disse acreditar, porém, que a nova presidente do STF transformará o Judiciário: — Confio plenamente na ministra Cármen Lúcia. Ela disse que é necessário transformar o Judiciário e prometeu dar transparência à proposta para aperfeiçoar os tribunais e tornar o país mais justo.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cristovam destaca nova presidente do STF e pede tolerância

Cristovam Buarque (PPS-DF) destacou a posse de Cármen Lúcia como presidente do STF e elogiou o compromisso da ministra no combate à corrupção. — Precisamos praticar a responsabilidade e a austeridade, que são exemplos de patriotismo — defendeu o senador. Ele também lamentou o que chamou de “intolerância” no Senado. Citou como exemplo a resistência da oposição em votar crédito para o Fies e pediu tolerância, dizendo que essa atuação prejudica o país.



Gerardo Magela/Agência Senado

Conselho de Comunicação analisa mudanças na EBC

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em reunião na segunda-feira, formou uma comissão de relatoria para analisar e emitir parecer sobre a medida provisória que promoveu alterações na estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A MP 744/2016, publicada no dia 2, atribuiu a indicação do presidente da EBC ao ministro da Casa Civil, atualmente Eliseu Padilha. A medida do Executivo também extinguiu o Conselho Curador da EBC.

Criada em 2008 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a EBC é uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima e fazia parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Com a MP e o decreto de regulamentação, a entidade passa a ser vinculada à Casa Civil. Integram o sistema

veículos como Rádio Nacional, Rádio MEC, TV Brasil e Agência Brasil.

O colegiado também emitiu

nota oficial em que reitera a importância da EBC no fortalecimento da comunicação pública no Brasil.

Nota do Conselho de Comunicação Social

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio da Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, constituiu a primeira ação relevante do Estado brasileiro para dar vida ao sistema público de comunicação previsto no artigo 233 da Constituição, como complementar aos sistemas privado e estatal.

À semelhança de órgãos de comunicação pública existentes no mundo, o arcabouço jurídico-administrativo da empresa atribuiu ao Conselho Curador, com maioria de membros da sociedade, mas composto também por representantes do governo federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores da empresa, a tarefa de zelar pelo cumprimento de sua missão, garantindo que seus veículos expressassem a

diversidade — política, cultural, étnico-racial, regional, entre outras — existente no país.

A Medida Provisória 744, de 1º de setembro de 2016, extingue o Conselho Curador da EBC e tira a autonomia da empresa em relação ao governo federal para definir a sua linha editorial.

Este Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, comprometido com a comunicação pública, vê com preocupação a edição desta medida provisória e constituiu comissão de relatoria para analisar o tema.

Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Alvaro Dias cobra do governo Temer solução para a dívida pública

Alvaro Dias (PV-PR) criticou o atual governo por não ter proposta para resolver a dívida pública. Para ele, sem solucionar a questão, será impossível resolver os demais problemas do país.

O senador apresentou dados da execução do Orçamento de 2015, segundo os quais 3,91% foram gastos com educação, 4,14% com saúde, 22,49% com a Previdência e 42,43% com os juros e amortização. Ele sugeriu uma auditoria da dívida pública brasileira.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Programa de parceria privada vai estimular crescimento, diz Rose

Rose de Freitas (PMDB-ES) comemorou o lançamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que considera um passo importante para a retomada do crescimento do país.

Ela classificou o programa como realista, capaz de ampliar a geração de empregos e aumentar o PIB. A intenção é estimular investimentos privados, consolidar um modelo de concessões capaz de aumentar a concorrência empresarial e aumentar a transparência dos contratos.



Moreira Maniz/Agência Senado

Frente Ampla Brasil percorrerá país contra retrocessos sociais, diz Paim

Movimento, lançado ontem, reúne associações, sindicatos e entidades da sociedade que querem manter direitos trabalhistas e conquistas sociais

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) abrigou ontem o primeiro evento da Frente Ampla Brasil. A coalizão, que reúne movimentos sociais e populares, organizações sindicais e também parlamentares, deverá agora percorrer o Brasil para mobilizar a sociedade contra a agenda de reformas anunciada pelo governo Michel Temer, com o objetivo de barrar perdas de direitos sociais e trabalhistas.

— Sozinhos não iremos a lugar nenhum. Articulados, poderemos mudar o curso da história — afirmou Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e idealizador da frente.

A reunião teve a presença do movimento trabalhista e de aposentados e pensionistas, com os participantes demonstrando contrariedade em relação a propostas que tornam flexíveis as regras de contratos de trabalho e que impõem idade mínima para a aposentadoria. Paim lembrou que o modelo 85/95 já determina idade mínima, de 55 para mulheres e de 60 para homens. Para ele, esse modelo é mais justo com os trabalhadores que ingressam no mercado mais cedo, normalmente os mais carentes e que agora podem ser mais penalizados.

— Essa é a fórmula perfeita [modelo 85/95], que conjuga



Paulo Paim fala em evento no Senado que reuniu sindicalistas e lançou grupo contrário a reformas do governo Temer

idade com tempo de contribuição — disse o senador.

Projetos

Houve críticas a projetos em tramitação no Congresso, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 (na Câmara), que limita, por 20 anos, o crescimento dos gastos públicos à inflação. A PEC, disseram, vai comprometer os recursos para saúde, educação e benefícios sociais, em detrimento do pagamento de juros da dívida pública, que, frisaram, deveria ser auditada.

Também citaram o PLC 54/2016 — Complementar, que alonga as dívidas de estados e do Distrito Federal com a União por 20 anos se eles cumprirem medidas de ajuste fiscal. Para o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos, essa é uma das piores propostas legislativas já vistas.

— Faz terra arrasada do serviço público e do servidor, que é o primeiro a ser atingido, porque congela salários. Mas o grande perdedor com o projeto é o Estado, que perde sua função de prestador de serviço público.

Santos criticou o modelo de Estado em vigor, no qual “predominam as forças econômicas, sobretudo do setor financeiro”. Para ele, essas forças sequestram a gestão e não permitem que a pauta social avance, por mais que haja um “caráter socialista” do dirigente. E esse não é o caso de Michel Temer, frisou.

— Quero apontar a ilegitimidade desse governo, eleito com uma pauta diferente. Ele está cometendo estelionato eleitoral, na medida em que foi eleito com um programa e, no meio do mandato, mudou para o chamada *Ponte Para o Futuro*, que em nada corresponde ao programa com o qual Dilma e Temer foram eleitos.

Assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz disse que houve no país mais do que uma troca de governo, mas de paradigma, com o fim dos governos de coalizão que nos últimos anos misturavam “esquerda e direita, socialistas e liberais”.

— Hoje, os campos estão apartados, a esquerda está na oposição, limitada a não mais que 100 parlamentares, enquanto as forças de centro e de centro-direita, de perfil liberal e fiscalista, estão na base de sustentação do governo.

Debate

Segundo o assessor do Diap, as forças hoje no governo são ideologicamente coesas, alinhadas com o chamado Consenso de Washington, que se reflete exatamente na agenda da *Ponte para o Futuro*. O objetivo é fazer com que o Estado volte às suas funções clássicas de garantir a propriedade, os contratos privados e a moeda, afastando-se de outras obrigações, igualmente suas, de impor o equilíbrio entre as pessoas, as regiões do país, entre categorias e segmentos sociais. Para Queiroz, haverá um “jogo de salve-se quem puder”, com ações para que se retirem marcos legais que servem de garantia aos mais desprotegidos da sociedade, como os trabalhadores.

— Se há um governo que está coeso com a pauta do mercado e com apoio internacional, os movimentos sociais e as forças vivas que respondem pelo trabalho têm que estar unidas. Por isso, a criação da Frente Ampla é extremamente interessante.

Diante do novo cenário, o assessor do Diap afirmou que não basta aos trabalhadores e aos movimentos sociais “reivindicar ou ser contra”. Segundo ele, é necessário também estar preparado para

o debate e pensar em soluções alternativas. Queiroz citou o projeto que amplia as terceirizações, em análise no Senado. Na visão dele, é necessário “razoabilidade”, de modo que Paim, o relator, possa contar com “franquia” para negociar pontos da proposta.

— Se vocês quiserem manter do jeito que é hoje, a chance de ele [Paim] ser destituído da relatoria é enorme. Aí, em nome de um suposto ideal, pode ocorrer que não se tenha o possível e o bom.

Mea culpa

Secretário do Serviço Público da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), João Paulo Ribeiro fez um mea culpa ao apontar as dificuldades dos movimentos de esquerda em se unir, quase sempre motivadas por vaidade. Ele defendeu a intensificação do trabalho político nas bases sociais.

Para o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos, sem autocrítica e união, todos sofrerão as consequências. De acordo com ele, as organizações sindicais estão agora se juntando, para atuar em sintonia, por um motivo: “a água está subindo para o pescoço”.

O deputado federal Roberto de Lucena (PV-SP) concordou que o cenário é de insegurança e motiva preocupação. Para ele, nos últimos anos, os movimentos sociais e sindicais viveram em “silêncio” e isso contribuiu para que a situação chegasse ao ponto atual, em que, disse, direitos e conquistas estão ameaçados. O deputado avaliou que as ruas deveriam ter sido “ocupadas” ao menos sete anos antes.

— Mas a resistência por si só não leva a lugar nenhum, ainda que a motivação seja a mais justa, o objetivo mais puro. É preciso que ela seja acompanhada também pela disposição ao diálogo.

Para Hélio José, Brasil precisa legalizar jogos de azar

Hélio José (PMDB-DF) defendeu ontem a aprovação do PLS 186/2014, que legaliza e regulamenta a abertura de cassinos, bingos e a prática de jogos, como o do bicho, hoje considerados como contravenção. Ele afirmou que a legalização vai gerar mais recursos para todas as esferas de governo e vai contribuir para evitar a criação de novos tributos diante da crise fiscal. O senador avaliou que o Brasil vive “grande hipocrisia”, pois milhares de turistas viajam para locais como Las Vegas (EUA), Argentina ou Uruguai e apostam à vontade.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pedro Chaves defende multa para quem obstruir o trânsito

Pedro Chaves (PSC-MS) defendeu a aprovação de projeto dele que proíbe o pedestre de interromper a circulação em via pública sem autorização do órgão controlador do trânsito (PLS 325/2016). Em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta torna a conduta infração gravíssima e prevê a multiplicação da multa em 60 vezes para os organizadores do evento.

Ressaltando o direito de ir e vir, ele lembrou o caso de uma ambulância com um doente grave que, por causa do trânsito interrompido, ficou retida por duas horas, no Rio Grande do Sul, em maio.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Piselo quer impedir invasor de receber terras do governo

Pouco antes de licenciar-se do cargo de senador, Gilberto Piselo (PDT-RO) defendeu em Plenário mudança na legislação para tornar efetivo o impedimento a invasores de terra de obter qualquer benefício em programas de reforma agrária do governo federal. Ele lembrou que a Lei 8.629/1993 já prevê esse impedimento, mas precisa ser aperfeiçoada.

Primeiro suplente de Acir Gurgacz (PDT-RO), Piselo licenciou-se ontem, assumindo em seu lugar o segundo suplente, Pastor Valadares (PDT-RO).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senador destaca que grupo cresce de forma espontânea

Paulo Paim ressaltou ontem, em Plenário, que a Frente Ampla nasce e cresce de forma espontânea, como uma reação a medidas já anunciadas ou ainda negociadas na gestão Temer. Os setores que se uniram no movimento, disse o senador, estão muito preocupados com os rumos que têm tomado as medidas relacionadas às reformas trabalhista, previdenciária e de diminuição do papel do Estado.

— É um movimento sem dono e sem estatuto, na defesa da democracia e por nenhum direito a menos — reforçou o senador, para quem a Frente Ampla pode mudar o curso história.